

O saber fazer konduri: entrelaço cultural dos povos indígenas e quilombolas do rio Trombetas

Know-how konduri: cultural intertwining of indigenous peoples and quilombolas of Trombetas river

Alyson Fernando Alves Ribeiro⁵⁴

RESUMO: O presente artigo descreve uma vivência da II expedição amazônica organizada e executada por discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Busca analisar as relações culturais afro-indígenas da bacia do Rio Trombetas, através de um olhar sensível sobre a cerâmica Konduri, praticada por comunidades indígenas do baixo Amazonas, que na convivência com os cativos nos quilombos, enraizaram no saber fazer desse povo. Na concretude deste intento foi realizado trabalhos de campo as comunidades quilombolas do Moura e Boa Vista localizados no município de Oriximiná-PA. Foi possível restrito fotográfico das cerâmicas e entrevista com artesões e artesãs dessa cultura milenar na casa do artesão, espaço no qual esse saber-fazer, social e histórico é repassado de geração a geração. Sendo assim, foi possível constatar que os quilombolas reconhecem-se, como povos de “sangue misturados”, tendo na prática da cultura Konduri uma importância na sua formação étnico-cultural como também um elemento de resistência e luta pelos seus direitos constitucionais.

Palavras-Chave: Quilombo, Cultura Kondori, Rio Trombetas.

ABSTRACT: In this article I describe an experience of the 2nd Amazon expedition organized and carried out by students and professors of the Postgraduate Program in Geography of the Federal University of Rondônia. I seek to analyze the Afro-Indian cultural relations of the Trombetas River basin, through a sensitive look at the Konduri pottery, relations practiced by indigenous communities of the low Amazonas, who, in the coexistence with the captives in the quilombos, rooted in the know-how of this people. In the concreteness of this intent, the quilombola communities of Moura and Boa Vista were located in the municipality of Oriximiná-PA. It was possible to photographically restricted of the ceramics and interview with artisans and craftsmen of this millenarian culture in the house of the artisan, space in which this know-how, social and historical is passed on from generation to generation. Thus, it was possible to observe that the quilombolas recognize themselves as "mixed blood" peoples, having in the practice of the Konduri culture an importance in their ethnic-cultural formation as well as an element of resistance and struggle for their constitutional rights.

Keywords: Quilombo, Kondori culture, Trombetas River.

1. INTRODUÇÃO

A região drenada pelo rio Trombetas, situada no território da cidadania do Baixo Amazonas-PA⁵⁶, a noroeste do estado do Pará, na fronteira entre o Brasil, a Guiana e o Suriname é uma área ocupada historicamente por comunidades indígenas e quilombolas, constituindo assim, um espaço de resistência contra os desmandos da sociedade escravocrata segregacionista.

A convivência entre os povos indígenas e quilombolas do Trombetas, narradas em relatos coloniais, inicialmente eram marcadas por estranhamento e inimizade, posteriormente aliavam-se em fugas, e essa relação passa então a ser pautada pela amizade, colaboração e apadrinhamento, que tinha como resultante o entrelaço cultura entre o nativo e o cativo.

A opressão e os maus tratos impostos pelos bancos, dialeticamente produzia uma rebeldia, que assumiu diversas formas; desobediência sistemática, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas foram algumas delas, Albuquerque & Filho (2006). O dismantelar familiar, cultural e social, produzido pelo sistema escravocrata, fazia com que o negro e índio aliavam-se em fugas adentrando a região do Rio Trombetas, onde imensidão da floresta e a rede hidrográfica encachoeirada dificultavam o acesso, favorecendo abrigo e refúgio, para a produção de seu território de resistência emancipatório contra a sociedade latifundiária excludente; o quilombo.

⁵⁴É Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (PPGG-UNIR). Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

⁵⁶O Território Baixo Amazonas - PA abrange uma área de 317.273,50 Km² e é composto por 12 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa. A população total do território é de 678.936 habitantes, dos quais 271.161 vivem na área rural, o que corresponde a 39,94% do total. Possui 23.659 agricultores familiares, 36.787 famílias assentadas, 20 comunidades quilombolas e 20 terras indígenas (BRASIL, MDA).

Nesse contexto, temos por objetivo, analisar as relações culturais afro-indígenas da bacia do Rio Trombetas, através de um olhar sensível sobre a cerâmica Konduri e Cultura esta, praticada por comunidades indígenas do baixo Amazonas, que na convivência com os cativos nos quilombos, enraizaram no saber fazer desse povo, a técnica de reproduzir réplica desta cerâmica.

Considerado um estilo “recente”, a cultura Konduri, apresenta aspecto “barroco”, rica em ornamentação e em apliques antropomorfos (figuras humanas) e zoomorfos (animais), Guapindaia, (2008). O Konduri está relacionado estilisticamente à cultura Santarém, encontrado na foz do rio Tapajós, que tem como características singular produção de estatuetas cerâmicas antropomorfas e de pequenos adornos e amuletos em forma de sapos (*muraquitãs*).

Hoje em dia, a cultura Konduri, não é praticada de forma efetiva pelos indígenas da região do Trombetas, entretanto, permanece vivo nos quilombos, na casa do artesão, espaço onde esse saber-fazer, social e histórico é repassado de geração a geração, mantendo preservada esta herança milenar, responsável pelo tipo singular da cerâmica produzida na região.

Para concretizar o intento proposto, teremos como base empírica a visita às comunidades quilombolas do Lago do Moura e Boa Vista, territorializadas às margens do Rio Trombetas, no município de Oriximiná-PA, realizadoras desse saber-fazer Konduri.

Sendo assim o artigo posto em tela, busca demonstrar que mesmo o quilombo sendo um símbolo e materialidade da resistência e rebeldia negra, este contava com a presença do indígena, que deixou suas marcas enraizadas principalmente no artesanato em cerâmica. A execução deste saber-fazer nos dias de hoje e sua manutenção pelas comunidades quilombolas representa uma forma de preservar e resgatar a identidade sócio-cultural desses povos historicamente marginalizados.

2. QUILOMBO: O TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA NEGRA FRENTE À SOCIEDADE DA EXCLUSÃO.

O Modo de produção escravista que dominou a formação social do Brasil no período de 1530 a 1888, tinha como principal característica a exploração da mão-de-obra africana nos latifúndios de cana de açúcar, voltados para o mercado externo. Esse sistema efetivamente subordinou tanto as relações de produção, quanto as forças produtivas.

A classe escravocrata latifundiária justifica a incorporação do trabalho do negro-africano escravizado nas lavouras da América, como justificativa a impossibilidade dos índios de se submeterem ao trabalho físico sistemático sob o clima tropical, o primeiro por questões biológicas, o segundo por questões culturais. Nessa conjuntura o negro-africano, ao contrário do indígena, seria uma mão de obra naturalmente predisposta ao trabalho árduo sob tais circunstâncias.

Entretanto é necessário descortinar essa incorporação da mão de obra negra no aproveitamento das novas terras americanas, para que possamos entender esse processo dentro de uma noção de totalidade sem fragmentar a conjuntura histórica política social e econômica deste período. Segundo Rezende Filho (1995), essa introdução está inserida dentro de uma lógica, onde

O trabalho escravo colonial permitiu uma dupla extração de excedente, contribuindo para maximizar a acumulação primitiva de capital, na medida em que era o mercador metropolitano quem vendia esse escravo ao produtor colonial, lucrando uma primeira vez; e depois comprava, a preço de monopólio a produção encarecida por esse escravo, revendendo-a com exclusividade ao consumidor metropolitano, lucrando uma segunda vez. Como o escravo indígena era capturado na própria colônia não oferecia as vantagens do escravo africano. (FILHO, 1995, p. 103)

Desta forma, o mercado escravo negro era lucrativo, onde era uma mercadoria externa à colônia comercializada pela metrópole. A escravidão indígena somente iria gerar uma indesejável concentração de renda na colônia e impediria o desenvolvimento de um novo mercado de comércio metropolitano português, o tráfico de escravos negros africanos.

Portanto, é um equívoco histórico, afirmar que o indígena tenha tido qualquer problema de adaptação ao trabalho escravo. O que levou os portugueses a desistirem da escravização do indígena e optarem pela escravização do negro africano foram razões de ordem pura e estritamente econômica e comercial. (SANTOS, p. 5, 2004)

A força de trabalho do negro-africano escravizado foi introduzida na Amazônia no início com a formação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão⁵⁷. Ao chegarem à região, os negros trabalhavam nos serviços domésticos, nas fortificações, pecuária, mineração, atividades agrícolas, transporte, construções navais, dentre outros. No Pará, especialmente no baixo amazonas o trabalho escravo cresceu acompanhado do desenvolvimento do comércio de cacau silvestre e cultivado, importante gênero de exportação do Grão-Pará entre 1773 a 1782 (Acevedo e Castro, 1998, p.45). Assim, a introdução da força de trabalho negra na região do baixo amazonas, embora muitas vezes diminuída e até negada, foi bastante significativa para o desenvolvimento da economia regional e para a formação dos quilombos (CORRÊA et al, 2014).

Ao contrário do que se pensa o escravo negro nunca aceitou sua condição. Os mitos da “docilidade do negro” e do “bom senhor” caem por terra diante de uma análise mais acurada dos fatos históricos. Em virtude da opressão e da negação aos desmandos da sociedade escravocrata, em buscar pela sua liberdade, cativos fugiam adentrando a mata fechada, onde produziam seu território de emancipação social; o quilombo.

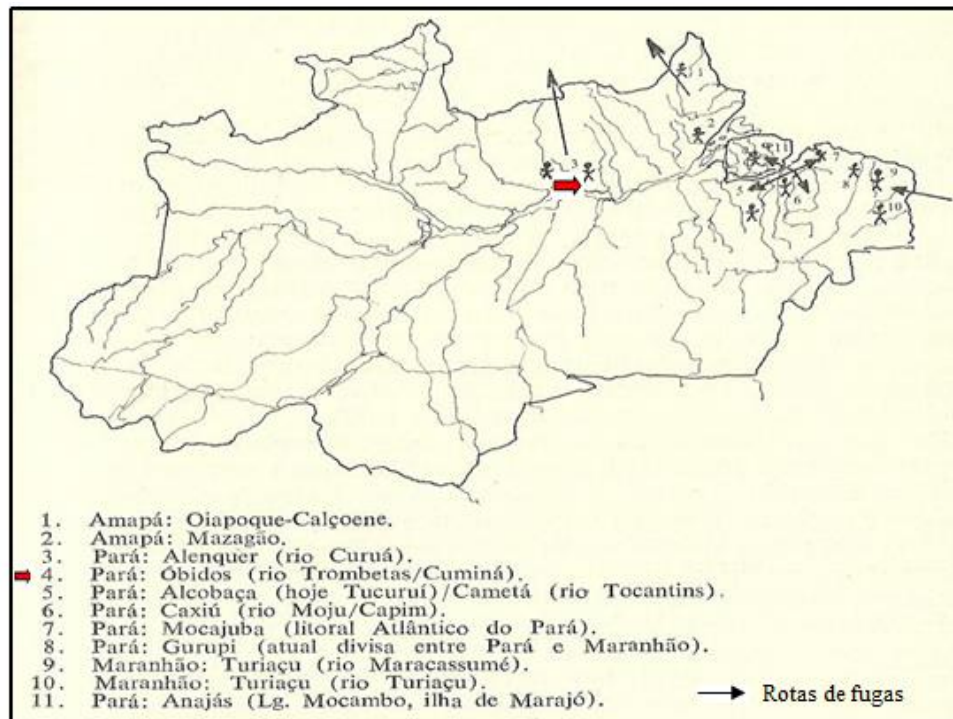
Segundo Albuquerque & Filho (2006, p.118) “*palenques, maroons, quilombos, são diferentes denominações para o mesmo fenômeno nas diversas sociedades escravistas nas Américas: os grupos organizados de negros fugidos*”. No Brasil, esses agrupamentos também eram chamados de mocambo. Com base na leitura de Vicente Salles (1971), entre os séculos XVIII e XIX, os principais mocambos da Amazônia situavam-se no Grão-Pará, hoje atual estado do Pará, especialmente: no rio Trombetas em Oriximiná, rio Curuá em Alenquer, rio Anajás no Marajó, margem do Tabatinga em Cametá, no Alcobaça atual Tucuruí, Margens do rio Guamá, Moju e Capim (Caxiú), Mocajuba (litoral atlântico) e em Gurupi (divisa entre Pará e Maranhão) (figura 1).

Com base no mapa acima constatamos que os principais quilombos da Amazônia eram produzidos em regiões distantes e de difícil acesso, locais que proporcionava abrigo e refúgio dificultando uma nova recaptura, por consequência, a sobrevivência dos quilombolas. A seta vermelha indica a localização dos quilombos territorializados na bacia do Rio Trombetas, que resistiram à escravidão e as viagens punitivas, representando atualmente um grande reduto de comunidades quilombolas, totalizando 35 comunidades. (CORRÊA ET AL 2014).

Desta forma, o quilombo foi generalizado pela historiografia brasileira, como uma manifestação da resistência dos grupos negros à expropriação de sua força de trabalho imposta pelo escravagismo oficial dos séculos XVII ao XIX. Assim, a existência da comunidade quilombola durante o período colonial era eventual refúgio, sobretudo para cativos fugidos, nativos, homens pobres livres etc. Nas florestas exploravam o extrativismo vegetal, praticavam pesca, a caça, a coleta e a agricultura de subsistência, dentro de um sistema autônomo (livre acesso a terra, decisão do que plantar e comercialização independente de qualquer controle externo).

Figura 1- Mapa da localização dos principais quilombos do Grão-Pará, formados nos séculos XVIII e XIX.

⁵⁷ Segundo Raymundo (2006), foi endereçada a Mendonça Furtado, 19º Governador e Capitão Geral do Maranhão e o Grão-Pará, “Instruções Régias Políticas e Secretas”. Dentre estas três questões indissociáveis: a “liberdade” dos índios; a suspensão do poder temporal dos religiosos (poder este tanto político, quanto econômico); e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.



Fonte: Salles, 1971, p.219.

Segundo Silva (1996, *apud*, Rosa, 2007) os quilombolas permaneceram ao longo da história como um contraponto à expansão capitalista. Essa forma de uso inibe a repartição das terras, inviabilizando-as como mercadorias, permanecendo imobilizadas pelos laços de coesão social. Com base na leitura de Maestri (2005, p. 247) as comunidades quilombolas não construíam laços profundos e essenciais com a terra ocupada, que podia ser abandonada, sem maiores traumas, por outra região. Assim, os quilombos não eram sinônimos de refúgio da terra, mas sim, de sua liberdade, protegiam sua autonomia da força de trabalho. Era corriqueiro entre os quilombolas abandonar suas terras e se embrenharem para locais de difícil acesso toda vez que se sentiam ameaçados.

Neste contexto, os negros escravizados sempre mobilizaram-se em defesa prioritária da liberdade, ignorando tendencialmente a luta por uma terra com a qual praticamente não mantinham vínculos positivos. Esse fator somado ao caráter rentista da apropriação latifundiária da terra no Brasil, foram algumas das variáveis que contribuíram para a inexistência no Brasil de campesinato negro substancial, ligado a terra, antes, quando e após a Abolição.

No Brasil, ainda que importantes setores do movimento abolicionista propusessem a distribuição de terras entre os trabalhadores escravizados emancipados, quando da Abolição, os cativos rurais partiram para as cidades ou alugaram seus braços nas fazendas, sem se mobilizarem maciçamente pela posse da terra (*idem*, 2005, p. 247).

A luta pela liberdade prioritária desloca-se efetivamente na luta pela terra, na luta por um território próprio, que possibilite a autonomia da sua força de trabalho, que se garante a liberdade civil básica do negro escravizado, ou seja, o quilombo representa em sua materialidade um território de resistência contra a sociedade escravocrata latifundiária rentista.

A classe hegemônica representada na época pelos barões do café e pelos sesmeiros⁵⁸ detinha grandes extensões de terras devolutas, concessões de uso do império, legitimando suas ocupações sem restrições quanto à área e ao tempo de posse. Assim os índios e os negros, passaram a ser expulsos de suas moradias, ocasionando, um dismantelar familiar, cultural e social, que fazia com que o negro e índio aliavam-se em fugas em busca da sua emancipação social.

⁵⁸ Possuidores das chamadas sesmarias, que eram porções de terra da colônia concedidas pela coroa portuguesa com o intuito de promover a exploração mineral, principalmente de ouro.

É nesta conjuntura que ocorria tanto a ampliação como a formação social do quilombo, possuindo assim um caráter clandestino, onde a agregação social era, sobretudo, voluntária de membros provenientes do seu exterior – cativos fugidos, nativos, homens livres pobres etc.

Além disso, nos quilombos havia umas desigualdades de gênero, as taxas de homens eram bem mais elevadas que as das mulheres. Isso é justificado porque em grande parte do contingente dos africanos que desembarcaram no Brasil eram homens. Além disso, os cativos homens escapavam mais que as cativas. Esse fator debilitava estruturalmente a reprodução das comunidades quilombolas, já pouco numerosas na época da abolição (Maestri, 2005). Os quilombolas procuram sanar esse empecilho com os sequestros de nativas que lhe proporcionavam outra vantagem, o reconhecimento e a familiaridade do território que era de suma importância para a locação dos quilombos, como também para traçar as rotas de fugas para locais cada vez mais inóspitos de difícil acesso (*Idem*, 2005, p. 248).

Desta forma mesmo o quilombo sendo uma materialização e símbolo da rebeldia negra teve em sua formação social e cultural a presença do indígena. No quilombo os indígenas e os negros tinham a oportunidade de exercer suas manifestações culturais, que eram negadas e exterminadas pela introdução da cultura colonial dominante.

Registros de viagem de missionários, colonizadores e naturalistas reconhecem que os índios e os negros do Trombetas encontram-se historicamente relacionados, sugerem que os índios e negros ligaram-se por relações, culturais, comerciais e matrimoniais desde os tempos da colonização (ACEVEDO e CASTRO, 1993; GIRARDI, 2011).

Sendo assim, a vivência cotidiana no quilombo, proporcionava o intercâmbio de saberes-fazeres entre esses povos, tecendo assim um entrelaç cultural vivenciado nas mais diversas manifestações. Essa troca de conhecimentos que se estrutura como uma alternativa de fortalecer a amizade e compadrinamento, deixando suas marcas enraizadas e materializadas principalmente no artesanato em cerâmica Konduri, que foi repassado pelas comunidades indígena do baixo Amazonas, aos negros trombetanos que as praticam e as mantêm vivas até os dias de hoje.

3. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO TROMBETAS EM ORIXIMINÁ (PA); BOA VISTA E LAGO DO MOURA.

A comunidade quilombola do Moura está localizada na margem direita do rio Trombetas, no Lago do Moura e tem sua área sobreposta pela Floresta Nacional do Saracá- Taquera, na margem esquerda do rio localiza-se a Reserva Biológica do Rio Trombetas (FARIAS 2006). A comunidade tem 274 famílias que estão distribuídas pelo Lago de Moura, numa área total de 17.000 hectares (MRN, 2011). A origem do nome da comunidade é incerta. Porém, o mais certo é que Moura seja uma corruptela da palavra Mura, em referência à aldeia dos índios Mura.

Com base na leitura de Pequeno (2006, p. 134 apud Videira et al, 2011, p. 15) comprova esta indagação ao assegurar que *“os Mura ficaram conhecidos na bibliografia etnográfica como “corsários do caminho fluvial”. Viviam em sua própria canoas, como se fossem suas casas, e se destacavam na resistência à ocupação pelos não índios”*. Entretanto, os índios Mura, realizaram um peculiar sistema de inclusão social denominado *“murificação”*, compreendido como um processo pela qual os Mura agregavam outras etnias, entre elas o cigano, os negros quilombolas, índios destribalizados ex-catecúmenos, oriundos da missão católica (*idem*, 2011, p.15).

A comunidade quilombola do Boa Vista, está localizada também ao longo da margem direita do rio trombetas, recebeu esta denominação em virtude da excelente localização que permite *“uma boa vista”* a quem chegue dos dois lados do rio Trombetas. Segundo (MRN, 2011) o referido quilombo possui 364 pessoas agrupadas em 164 famílias distribuídas em 790 hectares, que abrigam dois núcleos populacionais denominados de centro e Água fria.

Devemos ressaltar que depois de sete anos de mobilização e de pressão a comunidade do Boa Vista, em 1995, foi a primeira comunidade quilombola a receber, a titulação definitiva de posse da terra, direito previsto na constituição federal de 1988. Essa primeira titulação consolidou o entendimento - até então controverso - que as terras quilombolas devem ser tituladas como

propriedade coletiva e não individualmente para as famílias atendendo à principal demanda da população quilombola (Comissão Pró-Índio, 2013).

Tanto no quilombo do Lado do Moura como no quilombo do Boa Vista a posse da terra é coletiva nessas comunidades quilombolas, onde os recursos naturais são de uso comum. A terra na qual a família exerce alguma atividade, não lhes pertence, e no momento que eles não demonstrarem mais interesse por ela, outra família poderá ocupá-la, para o desenvolvimento de outra atividade agrícola ou mesmo para moradia. Nestas comunidades, as residências são edificadas de acordo com as condições financeiras de cada família. Na visita as comunidades, foi possível verificar uma variedade nos tipos de construções das moradias: alvenaria e madeira, além disso algumas têm embarcações que variam de canoas rabetas⁵⁹ e barcos/ motor (B/M) de 13 metros que são utilizadas na atividade pesqueira no traslado para a cidade de Oriximiná (PA) e Porto Trombetas (PA) .

Os quilombolas do Lago do Moura e do Boa vista, sobrevivem basicamente da agricultura, coleta de Castanha, da pesca e da extração de madeira, entretanto existe um grande número de pessoas que prestam serviços pela Cooperativa do Moura (Cooper Moura) e pela Cooperativa Boa Vista (CooperBoa) à Mineração Rio do Norte (MRN) e empreiteiras.

4. KONDURI: MATERIALIZAÇÃO DO ENTRELACE CULTURAL DO NEGRO E O ÍNDIO TROMBETANO

Elemento produzido pelos antepassados da região, a cerâmica arqueológica de Oriximiná vem integrar a categoria diferenciadora e identificadora culturalmente da região do baixo amazonas paraense. Os detalhes das características tecnológicas da cerâmica Konduri resumem a pesquisa feita por Hilbert (1955 *apud* Costa, 2008) que passou anos pesquisando e catalogando as “casetas” encontradas na região de Oriximiná na década de 50. A datação científica informa a época provável de 5.000 antes de Cristo para sua origem (*idem*, 1955).

Com base na leitura de Costa (2008) a cultura Konduri possui um estilo “recente”, apresenta uma estilística de cerâmica temperada com caixi, compreende vasos globulares, tigelas, panelas, pratos e grelhas, com bases planas, anelares, em pedestal e de trepides (ver figuras 2 e 3). Segundo Guapindaia, (2008), a cerâmica Konduri, possui um aspecto “barroco”, cerâmica bem oxidada, com cor laranja-avermelhada, prepara a base de cacos e área, rico em ornamentação e em apliques antropomorfos (figuras humanas) e zoomorfos (animais).

A cerâmica Konduri está relacionada estilisticamente à cultura tapajônica ou Santarém, cujos sítios ocupam a borda das terras pretas ao norte e noroeste, ao longo do rio Trombetas e no baixo Nhamundá, entre os municípios de Santarém e Óbidos (Prous, 2006). Possui como característica singular a produção de recipientes dos tipos “vaso de gargalo” (figura 4), e “vaso de cariátides”, como também, estatuetas cerâmicas antropomorfas (figura 5) e de pequenos adornos (enfeites) zoomorfos (figura 6), e amuletos em forma de sapos (*muraquitãs*) (figura 7).

Em visitas de campo nas comunidades quilombolas do Lado do Moura e do Boa Vista, foi possível visualizar diversas dessas peças elucidadas acima, que era apresentada pelos artesões que explicavam seus significados, simbologias e as etapas do preparo das cerâmicas; argila, modelagem, acabamento e o envelhecimento das cerâmicas. Na oportunidade foram realizadas entrevistas onde podemos constatar a presença do indígena que na convivência com os cativos nos quilombos, enraizou no saber-fazer desse povo, a técnica de reproduzir réplicas da cerâmica Konduri. Algumas dessas interlocuções entre os detentores desse saber-fazer milenar serão descritas a seguir.

Figura 2 - Tigelas e panelas.

⁵⁹ Termo utilizado para designar pequenas embarcações de madeira típica da Amazônia ribeirinha, movida a um pequeno motor que apresenta uma espécie de “rabo”, bem mais econômico em comparação a outros motores.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.
Foto: Alyson Ribeiro

Figura 3 - Pratos, pedestais e vasos globulares



Fonte: Trabalho de campo, 2014.
Foto: Alyson Ribeiro

Figura 4 - Vaso de gargalo Tapajônico.



Fonte: MRN (2006).

Figura 5 - Índia com o pé na boca (estatuetas antropomorfa)



Fonte: Trabalho de campo, 2014.
Foto: Alyson Ribeiro

Figura 6 - Tartarugas (enfeites zoomorfos)



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Foto: Alyson Ribeiro

Figura 7 -Amuletos em formas de sapos (Muraquitãs)



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Foto: Alyson Ribeiro

Em visitas de campo nas comunidades quilombolas do Lado do Moura e do Boa Vista, foi possível visualizar diversas dessas peças elucidadas acima, que era apresentada pelos artesões que explicavam seus significados, simbologias e as etapas do preparo das cerâmicas; argila, modelagem, acabamento e o envelhecimento das cerâmicas. Na oportunidade foram realizadas entrevistas onde podemos constatar a presença do indígena que na convivência com os cativos nos quilombos, enraizou no saber-fazer desse povo, a técnica de reproduzir réplicas da cerâmica Konduri. Algumas dessas interlocuções entre os detentores desse saber-fazer milenar serão descritas a seguir.

Em diálogos com os artesões foi possível constatar que hoje em dia, a cultura Konduri, não é praticada de forma efetiva pelos indígenas da região do Trombetas, entretanto permanece vivo

nos quilombos, na casa do artesão, espaço onde esse saber fazer, repassado de geração a geração, mantendo preservada esta herança milenar. Sobre este aspecto a ceramista Maria Zuleide morador do quilombo do Lago do Boa Vista argumenta que *“temos orgulho de preservar esta cultura, somos filhos e filhas do barro, falam que isso que fazemos esta ultrapassado que é coisa de índio, mas nós sabemos que não, resgatamos esse trabalho no barro que aprendemos com os índios e damos muita importância, pois faz parte de nossa herança, de nossa cultura quilombola”*

Na visita a casa do artesão na comunidade quilombola do Lago do Moura, a estatueta antropomorfa da índia com o pé na boca (ver figura 5), despertou de imediato uma curiosidade, pois remetia a alusão da presença de traços culturais indígenas na cultura Konduri quilombola. Sobre o significado desta peça o artesão quilombola José Lopez dos Santos mais conhecido como “Zé caatinga” morador da comunidade Lago do Moura afirma que *“a lenda dessa peça aqui, a posse dela assim chupando o dedinho do pé na boca e quando a índia engravidava na hora que dava a dor pra ela ganha o bebe, ela levantava as pernas botava o dedinho na boca pra poder ganhar o bebe dela. É uma forma que ela sentia menos dor para ganhar o bebe dela. Você ver que só identificada o sexo dela como feminino e não masculino, não tem macho, no caso desse tipo de peça que só encontra ela no sexo feminino. Essa peça é uma forma de representar a história da pose das índias para ter o bebe”*.

Sobre o preparo da argila utilizada na confecção das pessoas o seu “Zé Caatinga” orgulhosamente explicou que *“tudo é manual. Tem que ter muita sabedoria e paciência para fazer uma peça. Basicamente realizamos a técnica do morrão ou rolinho onde a argila é trabalhada na forma de cordões, como se fosse massa de doce. A cerâmica tem um procedimento que leva a argila, leva a casca capipé, taíçica que deixa o barro resistente e o sal também compõem a argila”*.

Sobre importância do resgate dessa cultura a ceramista Maria do Carmo Colé Viana morador do lado da Moura, proporcionou uma belíssima entrevista, onde ficou visível a participação do índio na cultura quilombola. Em todas as suas falas é nítido o orgulho e emoção em falar do seu povo, do seu ofício de suas raízes. *“Essa prática da cerâmica é feita para não esquecer, trazer essa tradição que é passada de pai para filho, de neto para bisneto, então, isso é muito importante e não pode se acabar. (...) A minha vó ensinou a minha mãe, eu ainda vivencie isso, ajudei nisso, minha vó me pedia um pedaço de barro eu dava para ele, eu ainda ajudei minha vó, a regar a bola de barro, eu vivencie tudo isso. Toda vez que mexo no barro eu me lembro parece que estou vendo a minha vó a minha mãe, essa cultura é muito importante porque toda vez que sento para fazer minha cerâmica o eu to me espelhando na minha mãe e na minha vó. Quantos meus netinhos chegam para mim “vó me dá um pedacinho de barro” eu já ensino, então o que eu aprendi no passado estou ensinado hoje para os meus netos, para mim o trabalho com barro é uma forma de eu reviver minha história”*.

Sobre a importância e significado do resguardo da cultura Konduri pelos negros quilombolas, a referida ceramista detentora deste saber-fazer, enfatizou que *“como vivemos deste trabalho que aprendemos com os índios, e tem muitos índios que chegam para gente é fala “esse é o nosso trabalho, só que nós não trabalhamos mais”, então isso é triste, tem muitos índios hoje que não sabe mais fazer uma panela de barro, um prato de barro, nem come em uma peça de barro. Então hoje os negros trabalham com barro, mas antes, muito antes o negro só trabalhava com ferro, eles faziam panela de ferro, colher de ferro, tudo de ferro, já o índio era de barro. Então é por isso que lá na indicação do projeto de resgate, tem um índio com um vaso de barro na barquinha”* (Figura 8).

Figura 8 - Símbolo do Projeto de resgate da “A Cultura do Barro” Promovido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi.



Fonte: Trabalho de campo

Foto: Alyson Ribeiro

Perguntada como houve esse repasse o intercambio desta cultura do barro dos índios para os negros quilombolas dona Maria do Carmo Colé respondeu “*os dois eram fugitivos, na época dos portugueses, era o negro e o índio e foram se formando os quilombos, os mocambos, com índios e negros, e foram se cruzando índio casando com negro, negro casando com índio, vivenciando as duas culturas ali no quilombo, o que o negro não sabia fazer o índio ensinava, o que o índio não sabia o negro ensinava. O meu pai era padrinho de vários índios e chamava de compadre Juventino, isso por que tiveram aquela união, aquele conjunto de família, não era mais uma família rival, de que o negro tinha medo do índio, ou que o índio tenha medo do negro, se o negro ficasse perto do índio, o índio queria mata os negros ficavam nessa rivalidade, mas depois se juntaram como família, ai quando o índio chegava à casa do negro, ele fazia aquela panelada de mingau de banana, macaxeira cozida e eles comiam ali juntos e quando chegava à casa do índio ele fazia aquela maniçoba ai já comia ali com o negro, ficavam nessa família e desse mesmo jeito foi à cultura do barro, a cultura Konduri.*”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste texto foi lançar luz sobre este saber-fazer Konduri, praticado nos quilombo da bacia do Rio Trombetas, que mesmo sendo uma materialização e símbolo da resistência negra teve em sua formação social e cultural a presença do indígena que enraizou no saber fazer desse povo, essa cerâmica singular da região do baixo Amazonas paraense.

Foi possível constatar que os trombetanos quilombolas reconhecem os índios como parentes, em consideração às relações históricas estabelecidas, tecidas pelas fugas e vivenciadas no quilombo, na busca da liberdade, contra a perversidade do processo excludente da colonização. Sendo assim, os povos quilombolas do Lago do Moura e do Boa Vista reconhecem-se, como povos “de sangue misturados”, buscando afirmar e reconhecer a importância do indígena em sua formação étnico-cultural através do prática do resgate do saber-fazer Konduri.

É este tom de aliança que, hoje, (re) aproxima os povos indígenas e quilombolas da Bacia do Trombetas, reunidos em torno de uma causa comum: a defesa de seus direitos constitucionais, ameaçados pela morosidade dos processos de regularização fundiária de suas terras e pela expansão da lógica capitalista de produção em seus territórios via territorialização da atividade mineral.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACEVEDO, R. & CASTRO, E. **Negros de Trombetas**: guardiões de matas e rios. Belém: Cejup/UFPa-NAEA, 1998.
2. ACEVEDO, R. & CASTRO, E. **Negros do Trombetas**: guardiões de matas e rios. Belém: UFPa, 1993.
3. ALBUQUERQUE, Wlamyra, R, de FILHO, Walter, G. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
4. BRASIL, MDA. Portal da Cidadania. **Territórios da Cidadania**. Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlm/clubs/territoriosrurais/baixoamazonaspa/one-community?page_num=0> Acesso em 26 de jan de 2016.
5. Comissão Pró-Índio. **Quilombolas em Oriximiná: Luta pela terra**: conquistas e ameaças. Disponível em <<http://www.quilombo.org.br/#!/luta-pela-terra/c1jxp>> Acesso em 05 de set de 2014.
6. CORRÊA, Silvia, S; Ribeiro, Alyson, F, A; SILVA, Ricardo, C. **A subjugação da força de trabalho quilombola ao capital na Amazônia**: reflexões do quilombo Boa Vista em Oriximiná-PA. In: Anais da 32ª Semana de Geografia e 9º Encontro da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho-RO, 2014.
7. COSTA, Jucilene, A. **Contribuição a arqueologia da Amazônia**: Tecnologia Cerâmica e pedogeoquímica no sítio arqueológico Terra Preta 2, município de Juruti, região do baixo Amazonas. Monografia (especialização em arqueologia), Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
8. FARIAS Emmanuel, de A. **Comunidade quilombola do mouro e o processo de territorialização na Amazônia**. Monografia (bacharelado ciências sociais), Instituto de ciências humanas e letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.
9. GIRARDI, Luiza, G. **“Gente do Kaxuru”**: mistura e transformação entre um povo indígena karib-guianense. Belo Horizonte: PPGAN/UFGM, 2011.
10. GUAPINDAIA, Vera, L, C. **Além da margem do rio – a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA**. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 2008.
11. MAESTRI, Mario. A aldeia ausente: índio, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: In: STEDILE, João, P. (Org). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda 1960-1980. 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2005.
12. PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história de nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
13. SANTOS, Cleyton R. **Da escravidão à imigração**: a transição do Trabalho escravo para o trabalho livre assalariado no Brasil. Disponível em <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/121/124> Acesso em 28 de Set de 2014.
14. RAYMUNDO, Letícia, de O. **O estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina**: a companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos índios (1755-1767). Alm.braz. 2006, n.3, pp124-134. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=s180881392006000300004&script=sci_abstract> Acesso em 30 de set 2014.
15. REZENDE FILHO, Cyro. **História econômica geral**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1995.
16. MRN. Mineração Rio do Norte. **Levantamento socioeconômico e Ocupacional dos Municípios do Entorno da MRN**. Relatório Final. Curitiba\ PR. Julho de 2009.
17. SALLES, Vicente. **O negro no Pará. Sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Serv. De publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971.
18. VIDEIRA, Luiz, F, F; REIS, Guilherme, C; VIEIRA, Regina, C, de D. **Artesanato das comunidades Boa Vista e Lago Moura**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.